



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

PROPOSTA N.º 19/2019

Assunto: Aprovar submeter à Assembleia Municipal a transferência, em 2019, para o Município de Lisboa, das competências previstas nos Decretos-leis setoriais já publicados, assim como o acordo prévio do Município de Lisboa, enquanto membro da Área Metropolitana de Lisboa, para assunção em 2019, por parte daquela Área Metropolitana, das competências previstas nos Decretos-leis setoriais respetivos, nos termos da proposta

Considerando que:

- I. O XXI Governo Constitucional reconhece que as Autarquias Locais são a estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade, pretendendo reforçar as competências dos Municípios, numa lógica de descentralização e de subsidiariedade, tendo consagrado no respetivo Programa do Governo o alargamento da sua participação nos diversos domínios de atuação do Estado;
- II. Através da Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foram estabelecidos os princípios gerais da transferência de competências para os Municípios, Freguesias e Entidades Intermunicipais;
- III. As novas competências irão reforçar e aprofundar a autonomia local, respeitando os princípios da subsidiariedade e da descentralização administrativa como base da reforma do Estado e cumprindo, assim, o Programa do XXI Governo Constitucional;
- IV. Em linha com o que já prevê a referida Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, o processo de transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais é efetuada em 2019, podendo as Autarquias Locais assumir as novas competências de forma faseada até 1 de janeiro de 2021, acompanhando o atual ciclo autárquico;
- V. No entanto, relativamente ao ano de 2019 prevê-se que os Municípios que não pretendam exercer as competências previstas nos vários Decretos-leis setoriais comuniquem esse facto à Direção Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação das respetivas Assembleias Municipais;
- VI. Todas as competências previstas na citada Lei consideram-se transferidas para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais até 1 de janeiro de 2021;

1



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- VII. No que especificamente respeita às Entidades Intermunicipais, estabelece o n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que o exercício das novas competências por parte destas entidades carece do prévio acordo dos Municípios que as integram, e clarifica o artigo 42.º da mesma Lei que até à criação de outras formas de organização territorial autárquica, nas áreas de Lisboa e Porto as competências transferidas para as Entidades Intermunicipais são exercidas pelas Áreas Metropolitanas respetivas;
- VIII. Tal como disposto na referida Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas de âmbito setorial relativos às áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado;
- IX. Estes diplomas identificam cada área e a forma de afetação dos respetivos recursos, mas também, quando necessário, os mecanismos e termos da transição, nomeadamente dos recursos humanos afetos ao exercício de cada competência, tendo sido publicados em Diário da República, até à presente data, 11 Decretos-Leis setoriais;
- X. Destes, 9 transferem competências para os Municípios nos seguintes domínios: (i) praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado (Decreto-lei n.º 97/2018); (ii) autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo (Decreto-lei n.º 98/2018); (iii) vias de comunicação (Decreto-lei n.º 100/2018); (iv) no domínio da justiça (Decreto-lei n.º 101/2018); (v) apoio aos bombeiros voluntários (Decreto-lei n.º 103/2018); (vi) estruturas de atendimento ao cidadão (Decreto-lei n.º 104/2018); (vii) habitação (Decreto-lei n.º 105/2018); (viii) gestão do património imobiliário público sem utilização (Decreto-lei n.º 106/2018) e (ix) estacionamento público (Decreto-lei n.º 107/2018);
- XI. Por sua vez, transferem competências para as Entidades Intermunicipais os diplomas setoriais relativos a 4 áreas, a saber: (i) promoção turística (Decreto-lei n.º 99/2018); (ii) justiça (Decreto-lei n.º 101/2018); (iii) projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento (Decreto-lei n.º 102/2018) e (iv) apoio aos bombeiros voluntários (Decreto-lei n.º 103/2018);
- XII. Algumas destas competências já são atualmente desempenhadas pelas Autarquias, nomeadamente ao abrigo de contratos interadministrativos, cuja vigência cessará no momento em que Municípios, Freguesias e Entidades Intermunicipais assumam, no âmbito desta nova Lei, as competências aí previstas;
- XIII. No conjunto dos diplomas legais setoriais referidos, prevê-se que a transferência de competências pode operar de forma automática, universal, ou dependente do acordo expresso de cada Município, ao fazer depender as transferências de atos específicos de iniciativa municipal e/ou da celebração de acordos, de deliberação das respetivas Assembleias Municipais, nos casos sujeitos à apreciação deste órgão, bem como, no que respeita à assunção das competências pelas Entidades Intermunicipais, de acordo prévio de todos os Municípios que as integram;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

XIV. A assunção de competências dependente de atos específicos de iniciativa municipal e/ou da celebração de acordos por cada Município, constam dos seguintes diplomas:

i. Decreto-lei n.º 100/2018 – Vias de comunicação

A transferência de competências respeitantes à gestão dos troços de estrada e dos equipamentos e infraestruturas neles integrados, bem como dos troços de estrada desclassificadas pelo Plano Rodoviário Nacional e os troços substituídos por variantes ainda não entregues através de mutação dominial por acordo entre a Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA) e o respetivo Município tem carácter universal (cf artigo 2º, nº1, als. a) e b));

Por sua vez, a transferência para os Municípios da titularidade das vias referidas no parágrafo anterior, bem como a respetiva manutenção, conservação e reparação e os recursos financeiros para lhes fazer face, não é automática (universal), uma vez que apenas será concretizada através de mutação dominial, por acordo entre a IP, SA, e cada Município passando, então, a integrar o domínio público municipal, competindo à Câmara Municipal submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o projeto de transferência acordado com a IP, SA (cf artigo 2º, nº 2, artigo 7º, nºs 1, 5 e 6, artigo 9º, nº 2);

Estão excluídos desta transferência os troços de estradas ou estradas que integram itinerários principais e itinerários complementares (cf artigo 4.º, nº 2, al. b)), que, no caso do Município de Lisboa, é o Eixo Norte-Sul (IP7) e a Circular Regional Interior de Lisboa (IC17);

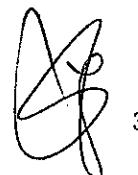
O financiamento das competências a transferir para os Municípios advém das receitas resultantes dos atos de gestão dos espaços, equipamentos e infraestruturas abrangidos, designadamente as resultantes da exploração e da atribuição de títulos de utilização privativa da zona de estrada;

O financiamento das intervenções de manutenção, conservação e reparação das estradas será concretizado no acordo a celebrar entre o Município e a Infraestruturas de Portugal;

ii. Decreto-lei n.º 104/2018 - Estruturas de atendimento ao cidadão

Este diploma concretiza a transferência para os órgãos municipais de competências relativas à instalação e à gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão, à instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, bem como à instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes;

Quanto à efetiva instalação e gestão de cada Loja de Cidadão e/ou de Espaço Cidadão, depende de acordo a celebrar entre os Municípios e a Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.), enquanto entidade gestora da rede das Lojas de Cidadão e dos Espaços Cidadão, bem como com cada um dos serviços ou organismos públicos a instalar (cf artigo 2º, nº 2);



3



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

De notar que, no que respeita ao Município de Lisboa, já se encontra prevista a abertura, em 2019, de uma nova Loja do Cidadão no "Mercado 31 de Janeiro" que será a primeira a ser gerida por esta Autarquia;

No caso da instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes, o Município de Lisboa já desenvolve diversas atividades neste âmbito, prosseguindo as políticas definidas nestas áreas pelo Município;

O financiamento da gestão das Lojas de Cidadão é remetido para o Decreto-Lei n.º 74/2014, de 13 de maio, mediante a celebração de acordo escrito entre o Município, a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) e os organismos instalados na Loja, sendo fixada uma transferência mensal para reembolso das despesas suportadas: serviços de higiene e limpeza, segurança, serviços essenciais, comunicações, serviços técnicos e utilização do espaço;

As Lojas de Cidadão atualmente geridas pela AMA e instaladas antes de Maio de 2014, serão sujeitas a legislação especial, que regulará a respectiva transferência para os Municípios (cf artigo 17º, nº 1);

Para as restantes Lojas/Espaços a instalar, será definido um conjunto de condições que sustentará a matriz de transferência/protocolos;

iii. Decreto-lei n.º 105/2018 – Habitação

No setor da habitação, a transferência de competências tem carácter universal (automático) relativamente à gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana, mas ainda dependente de diplomas legais de enquadramento de cada um dos programas, a submeter a parecer prévio da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que defina os termos em que aquela gestão será exercida pelos Municípios assim como estabeleça os recursos financeiros necessários a essa gestão (cf artigo 4.º, nºs 1 e 3);

Quanto à transferência de propriedade e gestão de imóveis de habitação social que integram o parque habitacional da Administração direta e indireta do Estado, esta depende de acordo expresse dos Municípios (cf artigo 5.º) e da celebração de autos de transferência, devendo ser constituída, por iniciativa do Município, uma comissão de análise para este efeito (cf artigo 7.º). A competência para deliberar sobre este acordo está cometida às Assembleias Municipais, podendo o exercício de competências de gestão ser delegada pelas Câmaras Municipais designadamente em empresa local, de natureza municipal ou intermunicipal, de capitais exclusivamente públicos (cf artigo 3º, nºs 1 e 2);

No caso da transferência da propriedade e gestão dos imóveis – são previstas como fontes de receita o valor das rendas, a celebração de contratos programa e as dotações a inscrever no orçamento do Ministério das Finanças e outras dotações previstas na Lei do Orçamento do Estado;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

iv. Decreto-lei n.º 106/2018 – Gestão do património imobiliário público sem utilização

A transferência das competências de gestão do património imobiliário público depende de acordo entre o Município interessado e a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no caso de o proprietário do imóvel ser o Estado, ou o instituto público que seja titular do imóvel ou a quem tenha sido cedida a respetiva gestão (cf artigo 8.º, nº 1), formalizando-se a mesma através da apresentação, pelo Município, de um projeto de valorização patrimonial economicamente sustentável;

Por sua vez, passam a constituir receitas dos Municípios aquelas que sejam geradas pelos imóveis objeto de transferência da competência de gestão, nomeadamente as receitas decorrentes de arrendamento ou outras operações imobiliárias previstas no acordo de transferência (cf artigo 9º, nº 2), definindo-se que para este efeito entende-se por benefício económico o valor que resulta da dedução às receitas geradas pelo imóvel, das despesas efetivamente suportadas com a recuperação, funcionamento, conservação e manutenção do mesmo, assim como dos custos com a respetiva depreciação ou amortização (cf artigo 9.º, nº 5);

XV. Por sua vez, a assunção de competências pelos Municípios por transferência automática (universal) opera nos seguintes domínios:

i. Decreto-lei n.º 97/2018 – Praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado

Não existindo no Município de Lisboa praias marítimas, fluviais ou lacustres, este diploma legal não se aplica na prática, porquanto não existem matérias a transferir nas áreas objeto do mesmo;

ii. Decreto-lei n.º 98/2018 - Autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo

Os Municípios passam a deter a competência para autorizar a exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, advindo o financiamento das competências a transferir para os Municípios do produto das taxas a fixar pelos órgãos municipais pelos atos de autorização que pratiquem;

iii. Decreto-lei n.º 101/2018 – Justiça

Neste diploma, prevê-se a transferência de competências com carácter universal, no caso dos Municípios, em matéria de reinserção social de jovens e adultos, de prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, da rede dos julgados de paz e de apoio às vítimas de crimes;

O Município de Lisboa já atua nestas áreas, tendo uma ampla experiência na definição e implementação de projetos, designadamente ao abrigo de Planos Municipais na área da prevenção e combate à violência doméstica e de género (está previsto para este mandato a criação de um Centro de Acolhimento às Vítimas de Violência e existe uma Bolsa de fogos municipais para apoio às mulheres objeto de violência), de parcerias com



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

outras entidades, públicas e privadas (como, por exemplo, a APAV), bem como no que concerne à proteção de menores, através dos Centros de Apoio a Crianças e Jovens (CPCJ), e em matéria de reinserção social, incluindo de reclusos;

Quanto aos julgados de paz, o Município também já desenvolve atividades neste âmbito, ao abrigo de um protocolo celebrado, em 2001, com o Ministério da Justiça (MJ), suportando na íntegra as despesas inerentes às respetivas instalações, funcionamento (exceto o *software* que pertence ao MJ) e recursos humanos (exceto os juizes). Através deste diploma, é agora transferido o poder de iniciativa para apresentação de propostas de criação, instalação, modificação ou extinção dos julgados de paz concelhios e de agrupamentos de concelhos respetivamente, por parceria pública com o MJ;

As competências transferidas permitem a participação em ações ou projetos e a cooperação com a Administração Central;

As competências a exercer pelos Municípios não envolvem a transferência de recursos;

iv. Decreto-lei n.º 103/2018 - Apoio às Associações dos Bombeiros Voluntários

O Município já exerce diversas competências relativamente às associações de Bombeiros Voluntários, vindo este diploma concretizar o reforço das competências das Autarquias Locais neste âmbito, designadamente em matéria do funcionamento das equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários;

O financiamento relativo ao apoio ao funcionamento das EIP mantém-se como atualmente (repartição financiamento em partes iguais, a suportar pela ANPC e pelas câmaras municipais);

Aquando da revisão da regulamentação inerente à sua criação, será o mesmo revisto;

Relativamente às demais competências a exercer pelos Municípios ou entidades intermunicipais não envolvem a transferência de recursos;

v. Decreto-lei n.º 107/2018 - Estacionamento público

Este diploma determina, inovatoriamente, a transferência para os órgãos municipais das competências para, sem necessidade de prévia autorização da administração central do Estado, procederem à instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários, incluindo a aplicação de coimas e custas, por infrações leves relativas ao estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos, dentro das localidades e fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal (cf artigo 2.º, n.º 1, alíneas a) e b)), matéria que competia à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), ainda que estivesse previsto que tais competências pudessem ser atribuídas às Câmaras Municipais cumpridos os respetivos pressupostos (cf artigo 169º, n.ºs 1 e 7, do Anexo à Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro);



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Adicionalmente passa agora a prever-se que o produto das coimas aplicadas por contraordenação rodoviária em matéria de estacionamento proibido, indevido ou abusivo do diploma, reverte nos seguintes termos: (i) quando resulte de atividade de fiscalização dos serviços municipais, em 100 % a favor do Município; (ii) quando resulte de atividade de fiscalização das forças de segurança, em 30 % a favor da entidade fiscalizadora e 70 % em favor do Município e (iii) quando resulte de atividade de fiscalização exercida por empresas locais enquanto entidade autuante e fiscalizadora do Código da Estrada e sua legislação complementar, bem como dos regulamentos e posturas municipais de trânsito, em 100 % a favor do Município (cf artigo 2.º, n.º 1, alínea b));

Esta nova afetação altera significativamente a repartição anteriormente fixada, na medida em que o produto das coimas aplicadas por contraordenação rodoviária em resultado da atividade de fiscalização da polícia municipal revertia em 55 % a favor do Município, 10 % para a ANSR e 35 % a favor do Estado (cf artigo 7.º, n.º 2, do Decreto-lei n.º 197/2008, de 7 de outubro);

XVI. A transferência de competências para os órgãos das Entidades Intermunicipais depende de prévio acordo de cada um dos Municípios que as integrem e consta dos seguintes diplomas legais (cf artigo 30º, nº 2, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto):

i. Decreto-lei n.º 99/2018 - Promoção turística interna sub-regional

As competências a transferir prendem-se, designadamente, com a articulação com as entidades regionais de turismo, com os planos regionais de turismo e com a estratégia nacional de turismo, de forma a assegurar a respetiva coerência e eficiência, bem como com a promoção de uma melhor territorialização das políticas e estratégias de turismo;

As competências a exercer não envolvem a transferência de recursos;

ii. Decreto-lei n.º 101/2018 - Justiça

A transferência de competências neste âmbito concretiza-se nos mesmos termos que para os Municípios descritos no anterior considerando XV, permitindo as competências transferidas a participação em ações ou projetos e a cooperação com a Administração Central;

As competências a exercer pelos Municípios não envolvem a transferência de recursos;

iii. Decreto-lei n.º 102/2018 - projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento

Esta transferência de competências permite que as Entidades Intermunicipais passem a participar, designadamente na elaboração da estratégia global das respetivas Regiões, do programa de ação para a prossecução dessa estratégia e a definição, implementação e monitorização de programas de captação de investimento de dimensão sub-regional em articulação com as opções de desenvolvimento a nível



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

regional, bem como gerir e implementar projetos financiados através de fundos europeus;

As Entidades Intermunicipais passam a ter um papel mais ativo na dinamização e promoção, a nível nacional e internacional, do potencial económico das respetivas sub-regiões, assim como no acesso a programas de financiamento europeu, tendo como objetivo a implementação de projetos a nível sub-regional;

As competências a exercer não envolvem a transferência de recursos, mas possibilitam a gestão de projetos financiados por fundos europeus;

iv. Decreto-lei n.º 103/2018 – Apoio às Corporações de Bombeiros Voluntários e definição da rede dos respetivos quartéis

Neste âmbito, as Entidades Intermunicipais assumem competências em matéria de definição da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações daqueles bombeiros, passando a ter um papel mais participativo nestas matérias;

O financiamento relativo ao apoio ao funcionamento das EIP mantém-se como atualmente (repartição financiamento em partes iguais, a suportar pela ANPC e pelas câmaras municipais);

Aquando da revisão da regulamentação inerente à sua criação, será o mesmo revisto;

Relativamente às demais competências a exercer pelos Municípios ou entidades intermunicipais não envolvem a transferência de recursos;

XVII. A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o Governo encetaram negociações tendo por objetivo a concretização de um processo de transferência de novas competências para os Municípios e para as Entidades Intermunicipais, que culminou na aprovação da já referida Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), na alteração à Lei das Finanças Locais (já publicada – Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, que altera a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) e na aprovação dos Decretos-leis de âmbito setorial;

XVIII. Na consensualização dos Decretos-leis acima enunciados, a ANMP determinou o estabelecimento de determinadas garantias relativas ao desenvolvimento do processo de descentralização, tendo sido prevista na alteração à Lei das Finanças Locais a existência de um Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), destinado a financiar as competências a transferir, o que não foi aceite em sede de aprovação do Orçamento do Estado para 2019;

XIX. O desenvolvimento deste processo de descentralização deve decorrer com o máximo rigor, previsibilidade, responsabilidade e universalidade, pelo que constitui exigência da ANMP, ao Governo e aos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República,



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

que clarifiquem qual o procedimento legal que garanta o financiamento das competências a transferir, preocupações que o Município de Lisboa acompanha;

- XX.** Assim, esta transferência de novas competências não coloca em causa a natureza pública das políticas e assegura a universalidade do serviço público, estando o Município de Lisboa em condições de assumir, de forma cabal, as competências previstas nos Decretos-leis setoriais suprarreferidos, na medida em que, por um lado, encontram-se assegurados os meios necessários ao exercício das competências que são transferidas de forma universal (automática) e, por outro, no que concerne às demais competências, estão legalmente previstos mecanismos de análise prévia pelo Município das condições e meios associados à sua efetiva transferência, sendo esta concretizada através da celebração de acordos.

Tenho a honra de propor, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º, do n.º 2 do artigo 30.º e do artigo 42.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, dos Decretos-leis de âmbito setorial acima identificados e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

- 1.** Submeter à Assembleia Municipal a transferência para os órgãos do Município de Lisboa, no ano de 2019, das competências previstas nos Decretos-leis setoriais a seguir indicados, nos termos em que se encontram definidos nestes diplomas legais:
 - 1.1.** Decreto-lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado (sem prejuízo deste diploma não ter aplicabilidade prática no Município de Lisboa);
 - 1.2.** Decreto-lei n.º 98/2018, de 27 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo;
 - 1.3.** Decreto-lei n.º 100/2018, de 28 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação;
 - 1.4.** Decreto-lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das Entidades Intermunicipais no domínio da justiça;
 - 1.5.** Decreto-lei n.º 103/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das Entidades Intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários;

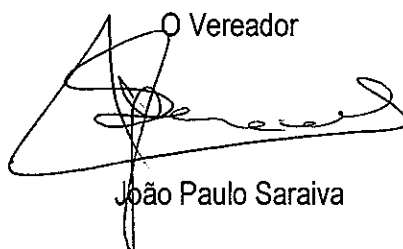


C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- 1.6. Decreto-lei n.º 104/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão;
 - 1.7. Decreto-lei n.º 105/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação;
 - 1.8. Decreto-lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização;
 - 1.9. Decreto-lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público.
2. Submeter à Assembleia Municipal o acordo prévio do Município de Lisboa ao exercício pelos órgãos da Área Metropolitana de Lisboa das competências previstas nos Decretos-leis setoriais a seguir indicados, no ano de 2019, nos termos em que se encontram definidos nestes diplomas legais:
- 2.1. Decreto-lei n.º 99/2018, de 28 de novembro, que concretiza a transferência de competências para as Entidades Intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo;
 - 2.2. Decreto-lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos dos Municípios e das Entidades Intermunicipais no domínio da justiça;
 - 2.3. Decreto-lei n.º 102/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos das Entidades Intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento;
 - 2.4. Decreto-lei n.º 103/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos dos Municípios e das Entidades Intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários.

Paços do Concelho, 24 de janeiro de 2019

O Vereador



João Paulo Saraiva

400



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram deliberadas na Reunião Extraordinária de Câmara de 24 de janeiro de 2019, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

Proposta n.º 19/2019 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a transferência, em 2019, para o Município de Lisboa, das competências previstas nos Decretos-Leis Setoriais já publicados, assim como o acordo prévio do Município de Lisboa, enquanto membro da Área Metropolitana de Lisboa, para assunção em 2019, por parte daquela Área Metropolitana, das competências previstas nos Decretos-Leis Setoriais respetivos, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10 (6PS, 2Ind. e 2PPD/PSD)	3 (2PCP e 1BE)	4 (CDS/PP)

Proposta n.º 20/2019 (Subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP)

Deliberar rejeitar a assunção, em 2019 e em 2020, das competências transferidas por via dos Decretos-Leis Setoriais respetivos, nos termos da proposta;

Rejeitada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	3 (2PCP e 1BE)	14 (6PS, 2Ind., 4CDS/PP e 2PPD/PSD)	0



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Proposta n.º 36/2019 (Subscrita pelo Sr. Presidente)

Aprovar a designação, em regime de substituição, para o cargo de Diretor Municipal de Economia e Inovação, nos termos da proposta;

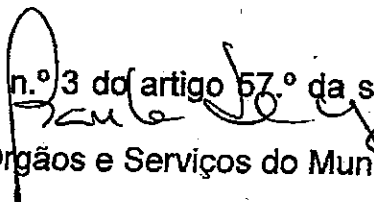
(Dr.ª Ana Margarida Miguel Figueiredo – Direção Municipal de Economia e Inovação)

Aprovada por escrutínio secreto com a seguinte votação:	A favor	Contra	Branco	Abstenções
	8	6	0	3

Proposta n.º 37/2019 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

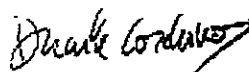
Deliberar ratificar o Despacho que aprovou a 2.ª Alteração Orçamental 2019, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	9 (6PS, 2Ind. 1BE)	4 (3CDS/PP e 1PPD/PSD)	1 (PCP)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, eu, , Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município, mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 24 de janeiro de 2019

O Vice-Presidente



Duarte Cordeiro

PROPOSTA 19/2019 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A TRANSFERÊNCIA, EM 2019, PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA, DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NOS DECRETOS-LEIS SETORIAIS JÁ PUBLICADOS, ASSIM COMO O ACORDO PRÉVIO DO MUNICÍPIO DE LISBOA, ENQUANTO MEMBRO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, PARA ASSUNÇÃO EM 2019, POR PARTE DAQUELA ÁREA METROPOLITANA, DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NOS DECRETOS-LEIS SETORIAIS RESPECTIVOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Muito bom dia a todas e a todos, peço desculpa pelo meu atraso. Vamos iniciar já a reunião. Em primeiro lugar queria informar que, na sequência da renúncia do Sr. Vereador Miguel Moreira da Silva, assume o mandato, o Sr. Vereador Nuno Correia da Silva. Depois informar que o senhor Presidente é substituído pela Sra. Vereadora Celeste Correia, o Sr. Vereador Manuel Salgado é substituído pelo Sr. Vereador Manuel Saraiva, o Sr. Vereador José Sá Fernandes é substituído pelo Sr. Vereador Luís Coelho, a Sra. Vereadora Paula Marques é substituída pelo Sr. Vereador Rui Franco, Sra. Vereadora Assunção Cristas é substituída pela Sra. Vereadora, Ana Rita Costenla, a Sra. Vereadora Conceição Zagalo é substituída pelo Sr. Vereador Nuno da Rocha Correia, O Sr. Vereador João Ferreira substituído pelo Sr. Vereador Jorge Alves, A Sra. Vereadora Ana Jara é substituída pelo Sr. Vereador Manuel Figueiredo. Pronto, lida a lista das substituições, Informar que, portanto, não temos, isto é uma reunião extraordinária, não temos PAOD, temos 3 propostas extra agenda, queria perguntar se alguém se opõe à admissão destas mesmas propostas? Vamos então Iniciar a ordem de trabalhos. Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado Sr. Presidente. Muito bom dia Sras. E Srs. Vereadores, Sr. Presidente em exercício. Ainda antes de entrar no período da ordem do dia, dizer-lhe Sr. Presidente em exercício, que depois terá que ser, eventualmente, falado também com o Sr. Presidente, relativamente às horas destas reuniões. É sistemático, eu compreendo, todos nós nos podemos atrasar, não digo para chegarem aqui às 8 e meia como chego, por razões familiares porque tenho que deixar os meus filhos, primeiro na escola e portanto, acabo por chegar aqui bastante cedo,

mas, pelo menos que às 9 e meia que as reuniões possam ter início, quer dizer,

Sistematicamente é às 10, 10 e um quarto, quer dizer, o tempo é o bem mais escasso que todos temos na vida, portanto, nem eu gosto de desperdiçar o meu, mas também não gosto, que os outros, desperdicem o seu. E portanto, uma, duas, ou nós assumimos que as reuniões começam às 10 da manhã e são às 10 da manhã e as pessoas organizam a sua vida para estar cá às 10 da manhã ou, se mantemos 9 e meia para começarem às 9 e meia. Compreendo que pode haver atrasos, todos nós temos, mas o problema é que o horário das reuniões das 10, tem sido uma exceção que tornou regra e, das 9 e meia, confesso, não me recordo que neste mandato, de alguma reunião que tivesse começado às 9 e meia da manhã. Muito obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito obrigado. Sr. Vereador João Pedro Costa.

O Sr. Vereador João Pedro Costa: - Muito bom dia Sr. Presidente em exercício, caros Vereadores e a equipa da Câmara Municipal de Lisboa e dos gabinetes. Não temos nada contra em relação às extra agendas, portanto admitimos que sejam incorporadas na reunião de hoje. Queríamos pedir o adiamento do ponto 5, a informação só nos chegou na quarta-feira, portanto ontem, e não permitiu cumprir aquele que, nos parece ser, um objetivo fundamental neste ponto, que é ouvir as Juntas de Freguesia, pelo menos, as Juntas de Freguesia do PSD, nós queremos ouvir e não foi possível, ainda pensámos que chegasse a tempo, que chegasse na terça-feira, que, nos tinha permitido durante a Assembleia Municipal, reunir os Presidentes de Junta e fazer essa audição. Assim sendo, não foi possível e portanto, pedimos que seja adiado para uma próxima reunião. Muito obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Sr. Vereador Jorge Alves.

O Sr. Vereador Jorge Alves: - Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício, Sras. E Srs. Vereadores, bom dia. O PCP recebeu as propostas relativas aos pontos, 3 e 4 na segunda-feira já depois das 8 e meia da noite e entendemos que, este tipo de matérias, as propostas EMEL. Acordo que, quando combinámos fazer esta reunião esta semana, ela resultava sobretudo, de um pedido de adiamento relativamente aos pontos, 1 e 2 e, foi esse o objetivo de estarmos aqui hoje e foram acrescentadas, de facto, outro tipo de propostas

que, nos parecem merecer uma análise mais cuidada. Relativamente aos pontos extra agenda não temos nada a opor.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito bem, não sei se há mais alguma intervenção dos Srs. Vereadores?

Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado Sr. Presidente em exercício. Em relação às propostas extra agenda, para nós, não tem qualquer problema de serem votados hoje. Relativamente às propostas da EMEL, que que ouvi, dizer que, pela nossa parte, acompanhamos aquilo que o PCP sugere, de um adiamento, estamos a falar de alterações que não são de somenos e eu até sugeria que, neste caso, os proponentes que são, o Sr. Vereador Miguel Gaspar e o Sr. Vereador João Paulo Saraiva, que promovessem até, uma reunião, não uma reunião de Câmara, mas uma reunião preparatória, para discutirmos estas mesmas matérias, a forma como está redigido, não querendo entrar na substância da proposta, mas a forma como está redigida esta mesma alteração, ela por si só suscita dúvidas. E portanto, penso que era relevante fazer uma clarificação, eventualmente até uma nova redacção, para que fique, absolutamente claro qual é que são as intenções da Câmara e o âmbito daquilo que poderá ser esta alteração de competências da própria EMEL e portanto, parece-nos precipitado e prematuro fazermos aqui esta avaliação, hoje, e esta mesma votação. Isso poderá condicionar, inclusive, o próprio sentido de voto. Se a votação for hoje e, se a maioria entender forçar essa votação, o sentido de voto será um. Eu penso que com uma reunião, ganharíamos todos com essa clarificação, não digo adiar, de eterno, mas que, eventualmente, na próxima reunião de Câmara, não sei se é pública ou não, eventualmente, isto até poder entrar como extra agenda, se não quiserem debater isto numa pública, na 1ª oportunidade ou numa reunião extraordinária que queiram fazer para o feito. Agora, uma matéria pertinente que merece discussão, clarificação e, digo-lhe deste já, eventualmente uma nova redacção nos termos em que foi apresentado. Muito obrigado Sr. Presidente em exercício.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito obrigado. Queria referir, em relação à questão dos pontos dos adiamentos, nós podemos discuti-los nos respetivos pontos, ou discutir já antes da ordem do dia. Sobre a questão do ponto 5, foi suscitado pelo Sr. Vereador do PSD, nós aqui temos perspectivas diferentes, porque na última reunião que nós tivemos oportunidade de distribuir esta

proposta, nós explicámos, exactamente e detalhadamente o que é que nós íamos fazer, entre a última reunião e esta, nas alterações à proposta, foi exactamente isso que nós comunicámos na última reunião que fizemos, ou seja nós alterámos os valores de duas Freguesias que identificámos na última reunião, depois também deixámos claro, que nós não íamos negociar com as Juntas de Freguesia, que nós entendemos que esta matéria não é passível de ser negociada, a que a proposta é do conhecimento das Juntas de Freguesia, nós optámos por não negociar com as Juntas de Freguesia, portanto, achamos que vai haver um momento de debate na Assembleia Municipal onde as Juntas de Freguesia se podem pronunciar sobre esta matéria, quando chegámos ao ponto eu apresentarei a proposta, explicarei as diferenças, e explicarei porque é que, no nosso entender, não se justifica adiar a mesma proposta.

Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho.

A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho: - Muito obrigado Sr. Presidente. Efetivamente na última reunião foram dadas informações sobre a proposta, todavia, o facto é, que as alterações introduzidas à proposta levaram a que ela fosse distribuída com atraso e não dentro do prazo estabelecido no regulamento, o que significa que, ainda que, tínhamos sido, esta Câmara tenha sido informada das intenções relativamente a essa proposta e, naturalmente que, tal como manifestámos na última reunião, não concordámos com o facto de não serem consultadas as Juntas de Freguesia, nem com o argumento que foi apresentado, o argumento basicamente, que foi apresentado é que depois, cada uma quererá naturalmente mais para si. Bom, isso é o regular funcionamento das instituições que estão a representar interesses que são conciliáveis, mas depois, há também interesses particulares de cada um dos representantes e neste caso, representantes de eleitores. E portanto, continuamos, mantemos a nossa posição de que, o diálogo deveria ser feito com as Juntas de Freguesia, mas, já entendemos que o executivo não o vai fazer, é uma opção do executivo com a qual não concordamos. Depois também inquirimos na última reunião o executivo, sobre os critérios subjacentes a esta distribuição. E eu volto a fazer aqui um apelo a que, no que diz respeito à Freguesia do Beato, que tem que uma dívida para com a Câmara e, uma dívida para com a Câmara no âmbito do Fesh, não estamos a falar de, nem mais nem menos do que, o tão relevante fundo de emergência social, para acudir aos milhares de pessoas que têm dificuldades na cidade de Lisboa, e que é contemplado aqui com uma verba equivalente à de outros, sem que o executivo nos diga, se vai fazer encontro de contas para que os valores gastos

em cabazes de Natal, sejam efectivamente, canalizados par aqueles segmentos da população na Freguesia do Beato, que precisam, efetivamente de apoio, porque estão em situação de perda de casa, porque estão em situação de sem-abrigo, porque estão em situação de carências, que estão no novo parâmetro da sobrevivência e não de daquilo que é excedentário. E portanto, esses esclarecimentos não nos são dados, as alterações são introduzidas nesta proposta e a proposta não chega em tempo de acordo com as regras fixadas e, por isso, os Vereadores do PSD têm muita dificuldade em que aceitar, votar, esta proposta, hoje, nesta reunião, por isso mesmo. Muito obrigada Sr. Presidente.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito obrigado. Acho que podemos discutir todas estas matérias, no âmbito do ponto, depois tomaremos uma decisão em relação a isso. E penso que o mesmo em relação à EMEL. Vamos iniciar então o ponto 1 da nossa ordem de trabalhos, proposta 19, subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva, a quem dou a palavra.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Muito bom dia a todos. Penso que acabaram de receber uma proposta com umas benfeitorias, elas não são mais do que isso, são benfeitorias, nomeadamente, na deliberação, não altera, as únicas questões que alteram, em função até de alguma informação que foi chegando que, digamos, esta matéria está ainda com algum dinamismo.

(intervenção imperceptível fora do microfone.)

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva (cont.): - Não. Não. É uma boa proposta com benfeitorias, penso que está a caminho. Tem umas zonas amarelas, eu dei uns parágrafos em amarelo que foram introduzidos. É tudo nos considerandos, no fundo, de maneira a que todos aqueles que vamos deliberar sobre esta matéria, possamos ainda ter mais informação. Como ela foi chegando até alguma nas últimas horas, nós fomos introduzindo essa mesma informação. Do que é que se trata? Bem, o assunto é, como todos sabemos, é a transferência de competências para o município, por parte do Estado, de um conjunto de competências. Este conjunto de diplomas, que hoje temos aqui, ou este conjunto de competências que temos hoje em análise, não esgota a totalidade das competências que estão para ser transferidas, há duas, há mais do que isso, mas há duas que revestem em si mesmo pelo assunto, uma importância, não menosprezando a importância de todas as outras, mas uma

importância muito, significativa que é a educação e a saúde, entre outras, mas já, temos aqui um conjunto de competências, sobre os quais temos que tomar posição sobre a sua aceitação e, submetermos essa mesma posição à Assembleia Municipal. Também sublinho que não tínhamos que o fazer, a não ser que, rejeitássemos as competências, o diploma está construído, da transferência de competências, dessa forma. Temos que fazer até dia 31 de Janeiro e, em face da posição e da proposta apresentada pelo PCP, viemos a construir e mais tarde pelo Bloco de Esquerda, uma outra, mas, o PCP veio primeiro, viemos então nós, reafirmar a nossa intenção de aceitar as competências, que estão a ser propostas neste conjunto de diplomas, e que nós dividimos, por uma questão de facilidade, de análise e de estruturação da nossa própria tomada de posição. Relativamente às do município, em 2 tipos: o tipo a que, nós de alguma forma apelidamos, de competências cuja transferência fica dependente de atos específicos da iniciativa do município ou da celebração de acordos por cada município com o Estado central e portanto, eu diria que o que vai acontecer a partir do momento em que a o município de Lisboa aceita estas competências, é um processo negocial, que culminará num acordo, ou, num não acordo sobre essa transferência das competências, em função a dos meios que estão envolvidos nessa transferência, em face depois, de um processo negocial que antecede essa tomada de posição e portanto, eu diria que, o que viabilizamos quando aprovamos esta 1ª parte, estas 4 competências que, são 4 decretos-leis, 1 sobre vias de comunicação, o outro sobre estruturas de atendimento ao cidadão, um 3º sobre habitação e um 4º sobre gestão de património imobiliário público, sem utilização, é estarmos a abrir o processo negocial ou processo de construção desses tais acordos. E portanto, é esse o caminho que viabilizamos quando viabilizamos essa transferência de competências, obviamente, com o objetivo de transferir as competências. Mas, depois têm que vir ao município, em algumas mesmo, o processo é bem mais complexo, têm que vir, há um trabalho conjunto, prévio, depois tem que ser aprovado pelo Governo, esse o relatório, o município em cima desse relatório, faz uma proposta, trá-la á Câmara e, a Câmara aprova e submete à Assembleia, que é o caso mais complexo, também o mais substantivo, dos que estão em discussão que é o caso da habitação.

Depois há um conjunto de outras competências que, são 5 diplomas a saber: Praias marítimas, fluviais e lacustres, integradas no domínio público hídrico do Estado, que é um diploma cujo objeto não se materializa no caso do município de Lisboa. A autorização para a exploração das modalidades afins de jogo de fortuna ou azar e outras formas de jogo, que é uma competência que, neste

momento é exercida pela Secretaria-geral do ministério de Administração Interna e que significa uma análise de processos administrativos que ronda os 150 ano, com uma distribuição mensal muito equilibrada e, que é executava do lado de lá, do lado da Secretaria-geral do Ministério da Administração interna, por 2 a 3 pessoas, de um terço a meio tempo. E, que portanto, nos parece completamente compaginável com a nossa capacidade de absorção de uma competência deste género, acrescentando a esse facto, o facto de estes processos virem agarrados com respetivas a taxas, que serão objeto de aprovação e/ou redefinição pelo próprio município em face, digamos, do equilíbrio do ponto de vista entre aquilo que são os custos associados a esta prestação do serviço e os respetivos proveitos decorrentes dessas mesmas taxas. Admitimos, por aquilo que são os dados existentes, que elas estão bastante equilibradas, os dados existentes pelo próprio município, mas sublinho, que estamos a falar de 150 requerimentos ano, 150 processos ano, que não trazem de forma nenhuma, nenhuma implicação de carácter mais substantivo ao município. Depois, um conjunto de competências associadas à justiça de um decreto-lei que tem o título “ justiça” que são um conjunto de competências que, no município de Lisboa, já por acordos vários são exercidas ao longo dos últimos anos, desde a CPCJ a um conjunto de outras matérias, sobre violência doméstica, por exemplo, mas elas estão descritas no diploma e que nós já exercemos e que, portanto, também elas são objeto de protocolo com o próprio Estado como vai por Ministério da Justiça e portanto, esses protocolos vão a continuar e portanto, esse financiamento está assegurado e, tudo o que venham a ser programas Nacionais sobre esta matéria, também terão, certamente, diplomas que o sustentam, aliás, como está previsto. O outro decreto-lei sobre apoio a associações de Bombeiros voluntários, nomeadamente àquilo que são as suas intervenções permanentes, nós já temos um conjunto de protocolos sobre esta matéria, nomeadamente aqueles que viabilizam a disponibilidade de ambulâncias para transporte de doentes no município de Lisboa, que é um serviço permanente, assegurado em coordenação com o município, coordenado pelo município, mas outros que vínhamos a estabelecer, serão, evidentemente suportados pelo município, mas também dependem da vontade do município, portanto, parece-me que, não é uma competência que nos traga nenhum acréscimo de custos. Acrescento mais, que nós já asseguramos um conjunto de custos das próprias associações de Bombeiros voluntários, nomeadamente, todos os custos associados aos seguros dos veículos que essas associações dispõem. Uma outra competência que têm e, penso que a última desta série, destes 5 que transitam

automaticamente, que tem a ver com o estacionamento em espaço público estacionamento público, aliás, estacionamento público, não, espaço público, estacionamento público. O que já é exercida pelo município de Lisboa, acresce que as receitas associadas a esta competência que, já exercida pelo município de Lisboa, quer através de uma Polícia Municipal, quer através da EMEL, tinha uma repartição que, o Estado pesava muito nessa repartição, desde, nalguns casos a partição ser 70, 30, em passa a ser 100% do município, essa receita e, noutros casos, tem outra repartição, mas que todas as alterações que estão a ser viabilizadas por este decreto-lei, vêm melhorar essa repartição na ótica do município e portanto, com mais receitas para o município, para aquilo que é, uma competência que o município já exerce e que, portanto, ficará a poder exerce-las ainda com um maior equilíbrio, com maior sustentabilidade financeira. Terminadas as do município, metemos mais 4 competências, em que, digamos, a nossa tomada de posição é diferente da do município, porque é uma tomada de posição que, depende do acordo prévio de cada município da Área Metropolitana de Lisboa. E, o que nós estamos aqui a propor, é que o município de Lisboa, venha, através desta proposta, assumir que está em condições, ou que vê com agrado, vê com positivas, as transferências de competências para a Área Metropolitana de Lisboa em 4 domínios. A promoção turística interna sub-regional que normalmente está associado a fundos comunitários e que tem sido desenvolvida por muitos municípios, no caso de Lisboa, menos, porque cá a ATL ocupa muito este espaço. As competências, não envolvem transferência de recursos, mas também estamos a falar de um conjunto de competências que, essencialmente se materializam por participação na definição estratégica do próprio turismo e na sua promoção e, portanto, não decorre daqui nenhum custo que seja difícil de assumir pelo próprio município, quer seja, nas suas dotações próprias, quer seja através dos seus recursos humanos, quer seja, através de fundos comunitários. Por outro lado, na área da justiça, a transferência das competências estão a ser transferidas, são na participação em ações ou projetos e, na cooperação com a administração central relativamente a um conjunto de matérias de Justiça, portanto, não se vislumbra, daquilo que é a construção, mas, no fundo, é assumir esse direito próprio de participar na definição de um conjunto de matérias que estão descritas no diploma por parte da Área Metropolitana de Lisboa, portanto, os impactos financeiros da assunção destas competências, eu diria que são, claramente, negligenciáveis. Uma outra competência que tem a ver com projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento, que é uma competência que não envolve transferência de

recursos, mas que possibilita a gestão de projetos financiados por fundos europeus e dá-lhe, digamos, um outro enquadramento, ficando as áreas metropolitanas, neste caso, a Área Metropolitana de Lisboa, empoderadas para o fazer, também não me recordo daqui nenhum custo adicional. O apoio às corporações de bombeiros voluntários e definição da rede dos respetivos quartéis, também são definições estratégicas, não há aqui nada que nos possa criar algum cuidado, sobre uma qualquer responsabilidade financeira sobre esta matéria. E portanto, em face de tudo o que está a explanado na proposta, parece-nos que o município de Lisboa e esta maioria, ou este executivo que concorda com o reforço das competências do poder local, nomeadamente, naquilo que foi delineado em toda esta estratégia de transferência de competências que, é a aproximação da decisão daquilo que são os seus mais diretos intervenientes, do ponto de vista do poder do Estado, que é o poder local, parece-nos que é de aceitar todas estas competências, por estarem criadas, e sublinho, por estarem criadas todas as condições para as podermos assumir, numas, porque vamos agora começar o processo negocial e nas outras, porque estão garantidos os recursos necessários para as podermos desenvolver. Muito obrigado Sr. Vice-presidente.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito obrigado Sr. Vereador. Para facilitar a discussão, penso que fará sentido discutirmos, em conjunto, o ponto 1 e 2, mas também a propostas extra agenda que foi, no fundo, submetida pelo Bloco de Esquerda que, no fundo, diz respeito à mesma matéria, portanto, eu diria que, para facilitar a gestão dos trabalhos, vamos considerar que estas 3 propostas estão em discussão conjunta, depois poderemos votá-las separadamente. Sr. Vereador Jorge Alves.

O Sr. Vereador Jorge Alves: - Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício, essa era exactamente uma das questões que eu ia propor, era que se procurasse juntar para o debate e até, sugiro eu, depois para a votação em alternativa das propostas, que estão aqui apresentadas, de maneira a não prejudicar a votação de nenhuma delas. Como a Câmara sabe, o PCP tem, relativamente a esta matéria, uma opinião diferente daquela que é expressa e daquela que foi agora defendida pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva, porque nós consideramos que, de facto, te o Sr. Vereador acaba por assumir, não estão, claramente, definidas nem pelo município nem pela administração central e, já agora, nem em sede de aprovação do Orçamento de Estado, não estão definidas com rigor, as formas, os meios a transferir os

financiamentos a transferir, de maneira a concretizar a generalidade das propostas de transferências que agora nos são presentes, aliás, vale a pena recordar que, em sede de debate do Orçamento de Estado, este ponto, relativamente a esta matéria, foi exactamente eliminado, o que, teoricamente, inviabilizaria o debate posterior há cerca dos meios financeiros a transferir para o município. O Sr. Vereador João Paulo Saraiva fez-nos aqui uma explanação daquelas que são as competências propostas e, que nós já conhecíamos pela leitura dos próprios decretos e acaba por assumir uma matéria, ou uma questão que nos parece relevante, é, não consigo dizer, relativamente a nenhuma das propostas que está em cima da mesa, nós vamos concretizar esta proposta, porque vêm estes meios, porque vêm estes recursos. Isto, Sr, Vereador não consegue dizer-me. A única coisa que o Sr. Vereador aqui nos consegue dizer é: aprovem lá a assunção destas competências que a gente a seguir, vai negociar com o Governo, o que é que vem para concretizar cada uma delas, correndo-se aqui o risco, na nossa opinião, enviesado que está o debate, de aceitar os aqui as propostas e depois na negociação dissermos, afinal, não as podemos concretizar porque os meios que são transferidos não nos permitem a concretização dos mesmos. Daí que o PCP, aquilo que propõe nesta matéria é que não vem mal nenhum ao mundo que seja feito o debate contrário, 1ª negociação sector, a sector, o que é que é possível, de que forma é que se conseguem concretizar, que o que meios é que vão ser transferidos e como é que vão ser aplicadas, faseadamente ou não, cada uma das propostas e depois então, com calma, a seu tempo que a Câmara possa, se o entender, que a qualquer momento podem entender deliberar de forma diferente, voltar a debater este assunto em sessão de Câmara. E portanto, a nossa proposta é que consideremos que, neste momento, não estão reunidas as condições para que a Câmara se pronuncie, favoravelmente, relativamente à assunção das competências, que se faça o trabalho de casa, que se faça a negociação já agora, que se faça alteração do próprio Orçamento de Estado de maneira a que, com tempo, a Câmara possa debater esta matéria. Obrigado.

O Sr. Presidente em exercício:- Sr. Vereador Manuel Grilo.

O Sr. Vereador Manuel Grilo: - Antes de iniciar a apresentação da proposta que aqui trazemos hoje, gostaríamos também, em relação à proposta apresentada pelo Partido Comunista Português, no seu ponto 2, propormos uma alteração de redacção, já estive aqui a conversar com os senhores vereadores do PCP, no sentido de que o 2º parágrafo do ponto 2, que diz

respeito a reposição das Freguesias liquidadas contra a vontade das populações e nós entendemos que a reposição de *tout court*, as Freguesias é algo que, em a relação Lisboa, não faz grande sentido e, a proposta que apresentamos para a alteração do 2º parágrafo do ponto 2 da proposta apresentada pelo PCP, portanto, da proposta, número 20, passe a ser a seguinte: “ a reconsideração... portanto, isto significa reclamar do Governo, propor à Assembleia da República reclamar do Governo a reconsideração do Processo de Alteração das Freguesias liquidadas contra a vontade das populações, pensamos que é uma Proposta de equilíbrio, reconhece que há reconsideração do Processo de Alteração das Freguesias liquidadas contra a vontade das populações, que terminaram, que acabaram, que foram fundidas, extintas, eu estou a ir ao que está no texto do PCP, tentar não alterar excessivamente, sim, mas estou de acordo, mas para nós o que importa a ideia, não propriamente o termo, compreendo que o termo seja um pouco agressivo, mas de facto, é que não seja a reposição *tout court* de todas as Freguesias que estavam, mas que haja uma reconsideração global por este Processo de Alteração das Freguesias, que é diferente da Reposição *tout court* das Freguesias.

Da nossa parte, a Proposta foi já apresentada, creio que o PCP a aceita, e portanto, antes de continuarmos, gostaria só então de apresentar esta Proposta. Em relação à Proposta que apresentamos, ela decorre dos princípios enunciados pelo Bloco de Esquerda aqui e em vários outros fóruns, de rejeitar este Acordo Prévio do Município de Lisboa relativamente ao exercício de novas funções, de novas competências de âmbito intermunicipal e também de rejeitar a transferência de competências para o município de Lisboa em 2019 e 2020, definidas nestes decretos-lei sectoriais, e a nossa justificação está expressa na Proposta que apresentámos.

Evidentemente tem um pouco a ver e eu tentaria explicitá-lo o melhor possível, em primeiro lugar, a Constituição da República Portuguesa prevê, de facto, a Descentralização de Competências para as Autarquias, isto é, para as Freguesias, para os Municípios e para as Regiões, isto é, uma Descentralização para órgãos autárquicos eleitos directamente pelas populações, o que não acontece no caso das entidades intermunicipais, nomeadamente as Áreas Metropolitanas.

Em relação às competências, em concreto, que aqui vêm hoje à Reunião Câmara, compreendemos que se tenha começado por estas competências, porque de facto são, em termos do Município de Lisboa, as menos gravosas; é evidente que as mais gravosas, aquelas que terão um impacto maior e que

poderão pôr em causa com particular gravidade, em nosso entender, a coesão social e acentuar as desigualdades territoriais, situam-se noutros domínios, coimo sejam os domínios da Educação, da Saúde e da Acção Social, entre outros.

De facto, as competências que aqui hoje vêm à Reunião de Câmara, são de facto, aquelas que menos prejuízo ou que menos impacto terão na gestão municipal, mas não deixam de ser integrantes de todo um processo e desse ponto de vista, nós opor-nos-emos ao Processo de Transferência de Competências, em primeiro lugar para órgãos que não foram democraticamente eleitos, o caso das entidades intermunicipais, e por outro lado, porque elas no seu conjunto colocam em causa, em nosso entender, a coesão social, acentuarão as desigualdades territoriais já existentes.

A Lei, de facto, a Lei-quadro de Transferência de Competências, tal como está, evidencia que não está em causa uma Descentralização efectiva, mas sim uma municipalização de competências, com a qual não estamos de acordo no seu global, nestes termos, a Proposta que apresentamos, é que rejeitamos que se rejeite esta Transferência de Competências em 2019 e em 2020, e se rejeite o Acordo Prévio do Município relativamente ao exercício de competências de âmbito intermunicipal, pela Área Metropolitana de Lisboa, também de 2019 e 2020, que é aquilo que está hoje em cima da mesa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício.

Começar por dizer, clarificar, penso que é claro aqui na Câmara e também o foi no Parlamento, a posição do CDS relativamente a esta matéria da Descentralização. O CDS tem uma posição de princípio favorável à Descentralização, mas não uma Descentralização a qualquer custo, e portanto, em primeiro, um cartão vermelho, uma nota negativa àquilo que tem sido o atraso do Governo em todo este Processo e à forma atabalhoada como o Governo tem feito e tem elaborado estes próprios Diplomas e estes Decretos-lei sectoriais.

Prova disso é que, primeiro até por iniciativa do PCP, pediu uma apreciação parlamentar de todos os Diplomas, assim como o CDS também, e nessa discussão e nessa apreciação parlamentar, vai ser possível verificar precisamente a forma atabalhoada como por razões diferentes, evidentemente

de um lado e do outro, mas a forma atabalhoada como este Processo foi sendo desenvolvido.

Depois dizer o seguinte, antes de ir aqui à Proposta em concreto do Partido Socialista, em relação ao Vereador do Bloco de Esquerda e à intervenção que ouvi aqui do Bloco de Esquerda, e que devo dizer que é com o maior espanto que eu ouvi o que ouvi aqui hoje, o Sr. Vereador, vamos lá ver, o Processo de Descentralização surgiu, foi elaborado e começou a ser desenvolvido antes do Acordo Coligatorio que o Bloco de Esquerda fez com o Partido Socialista aqui na Câmara de Lisboa.

Diz o Sr. Vereador, que esta Descentralização põe em causa a coesão social, eu lembro-me quais é os Pelouros que o Sr. Vereador tem, coesão social e desigualdades territoriais, então se estas desigualdades territoriais, se esta coesão social está comprometida por este Processo de Descentralização, como é que o Bloco de Esquerda no Acordo que faz com o Partido Socialista, não tenta assegurar que não há este problema ao nível da coesão social e das desigualdades territoriais.

E portanto, oh Sr. Vereador, isto, na verdade, demonstra bem o Estado do Bloco de Esquerda e aquilo que tem sido o seu caminho, seja no Parlamento, seja agora aqui na Câmara de Lisboa, eu acho que tem que haver um mínimo, ou pelo menos não façam essas referências, Sr. Vereador, é um conselho que lhe dou com amizade, tenho estima pessoal por si, mas efectivamente, não se percebe como é que em matérias tão gravosas e ouvindo um discurso, que eu não subscrevo, que eu não subscrevo, mas ouvindo essa mesma intervenção, como é que este mesmo Partido, quando faz um acordo com o Partido Socialista na Câmara de Lisboa, não tenta salvaguardar precisamente essas mesmas matérias, isso, Sr. Vereador, vereador parece-nos incompreensível.

Por outro lado e por último, só para não me estender no tempo. Oh Sr. Vereador João Paulo Saraiva, devo-lhe dizer que e à Proposta que aqui trás, é verdade e reconheço e reconhecemos, que, não os coletes amarelos, mas os amarelos que vem aqui nesta Proposta de Aditamento, é verdade que vêm de alguma forma melhorar uma Proposta, que eu diria que é uma Proposta, não, não ia gostar, não, já lhe vou dizer e o sentido de voto do CDS será pela abstenção, porque comporta riscos, se a primeira era péssima, esta, eu diria que é má, portanto, mas houve benfeitorias, agora deixa muito, tal como no Governo.

Num Processo de Descentralização há estudos que não foram feitos e que deviam ter sido feitos, há clarificações tem que ser feitas, mesmo na própria proposta e lendo os amarelos que aparecem por aqui muitos, deles são vagos,

deixam para a frente, deixam em aberto, e portanto, no nosso entender, esses riscos, a Câmara de Lisboa e os outros Municípios do País não deviam estar disponíveis para os assumir, aliás, recorde aqui que várias câmaras socialistas por este País fora, têm colocado essas mesmas reservas, dizendo, nós até estamos disponíveis para negociar a Descentralização, mas queremos saber exactamente quais é que são as regras do jogo, e Sr. Vereador, as regras do jogo não estão claras, e portanto, é essa clarificação que se exigia e que o CDS sobre isso tem evidentemente reservas.

Mas dizer-lhe, Sr. Vereador, que e reconhecer, houve aqui umas benfeitorias, eu diria que poderia ter ido muito mais longe, se calhar o tempo não o permitiu e eventualmente o Centeno também não, mas o que é certo, é que esta proposta comporta riscos e o CDS, favorável a um Processo de Descentralização, eu diria que tem aqui uma posição cautelar, não calcular nos termos em que o Bloco de Esquerda aqui falou, ao nível da coesão social e daquilo que podem ser as desigualdades territoriais, mas tem aqui uma posição cautelar, face aos riscos e ao impacto financeiro nos meios que uma Proposta destas pode acarretar. Muito obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Sr.^a Vereadora Teresa Leal Coelho.

A Sr.^a Vereadora Teresa Leal Coelho: - Muito obrigada, Sr. Presidente, serei muito breve.

O PSD é a favor da Descentralização, é uma posição que temos ideologicamente assumido desde há muitos anos neste País, esta Descentralização é uma descentralização por etapas, foi algo que efectivamente ficou ajustado assim no âmbito do Parlamento, admito que o processo ideal fosse uma Descentralização que não necessitasse de ser por etapas, mas também, a necessidade de avançar com o Processo num determinado prazo levou a que se fixasse, para que se evitassem precipitações que depois não eram exequíveis quando, com a entrada em vigor do Regime da Descentralização.

E por isso mesmo, esta foi a opção, uma Descentralização por etapas e nós estamos aqui numa das etapas da Descentralização, que nos vincula a admitir na próxima etapa, a assumir condições de Descentralização efectiva, se hoje não aprovarmos esta Descentralização nesta Câmara, daqui a uns tempos não poderemos aprovar a segunda, o próximo passo da Descentralização e nomeadamente com a concretização dos recursos financeiros, dos diversos recursos afectos a cada uma das áreas de Descentralização.

Nós acompanhamos esta proposta do PS, não acompanhamos nenhuma das Propostas, nem do PCP, nem do Bloco de Esquerda, não acompanhamos, estamos diametralmente opostos, acreditamos na Descentralização, da Gestão dos Recursos e da prestação de Serviços Públicos por quem está mais próximo das populações, consideramos até que é de uma incongruência enorme, considerar que deveríamos ter mais Freguesias do que temos, para depois não descentralizar competências, então significa que teríamos Freguesias para ter imobiliário afecto e cargos para distribuir e mais nada, o que nós precisamos é de Freguesias e de Municípios com competências efectivas e com competências na gestão do património, não só na gestão do património, como na prestação dos serviços públicos, e efectivamente esta Descentralização Administrativa está no ADN do PSD.

Pode-se fazer melhor, pode-se fazer pior, é assim que está a ser feita, é assim tem sido possível e que nós dizemos sim a esta etapa e não a todo todas as propostas que pretendem um recuo nesta matéria ou dissimular uma tentação de Descentralização ou de não Descentralização, o melhor é assumir quem quer descentralizar, acompanha o Processo de Descentralização, tal como ele está previsto na Lei e nós não podemos sair do parâmetro da Lei, e a Lei estabelece que esta Descentralização se faz por etapas, e portanto é por etapas que vamos fazer a Descentralização.

E se daqui a um mês estivermos a negociar a Descentralização em concreto relativamente a cada uma destas áreas e não concordarmos com os termos a estabelecidos, poderemos obviamente votar contra esse Acordo, é assim e parece-me que é bom e muito saudável que volte à Câmara para esse efeito, naturalmente que para nós, para nós, Vereadores do PSD, gostaríamos de ver também aqui a Descentralização no Sector da Educação, naturalmente que é uma das nossas ambições mais prementes e também na Saúde, mas vamos aguardar que venham essas propostas e acompanhamos o Executivo nesta nova etapa da Descentralização Administrativa. Muito obrigada.

O Sr. Presidente em exercício: - Sr. Vereador Jorge Alves.

O Sr. Vereador Jorge Alves: - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu diria que a Sr.^a Vereadora Teresa Leal Coelho acabou por fazer a melhor defesa do PS e colocar as questões exactamente como eles são, portanto, esta é uma Proposta que está no ADN do PSD, só estranhamos como é que o PS aproveita o ADN do PSD para fazer uma proposta desta natureza, e claro que não acompanhamos, tal como nos distanciámos no passado e tal como nos

distanciamos ideologicamente relativamente a uma série de matérias, não acompanhamos, mas já não vamos assistindo a tanta estranheza que o PS vá acompanhando este tipo de processos.

E também não acompanhamos a outra questão que a Sr.^a Vereadora coloca e muito bem, que é, isto é feito por etapas, tomem lá primeiro as competências e depois logo vemos os meios, e aquilo que nós dizemos, é que um Processo de Descentralização para ser eficaz, efectivamente deve ter as 2 etapas numa só e num só momento, que é, competências e para a execução destas compensem, estes meios e nestas condições, e é exactamente isso que falta a este Projecto, é como a Sr.^a Vereadora definiu e muito bem, tomem lá as competências e depois logo se vê com que meios é que vão executar estas competências.

Já agora, recordar que relativamente à Descentralização de Competências, nós continuamos a defender a Descentralização de Competências, tal como está consagrada na Constituição, aquilo que nós não defendemos, é que paralelamente e extra Constituição, se façam tábua rasa aquelas que são, aqueles que são os pressupostos da própria Constituição, no que às Regiões Administrativas diz respeito. Muito obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Oh Sr. Vereador, deixe-me só fazer um comentário, eu dou-lhe já a palavra.

Em primeiro lugar, fazer aqui, corrigir aqui uma injustiça que o Sr. Vereador referiu na sua intervenção, que a Descentralização também está no ADN do PS, que não tenha a menor dúvida sobre o assunto.

Em segundo lugar, queria-lhe só dizer, só um comentário muito breve, para também corrigir uma intervenção que tem vindo a dizer, porque nós aqui assumimos as competências como um todo e sabemos que há competências que nós conhecemos os meios, e portanto não há necessidade de acordo posterior, nós começamos os meios, sabemos exactamente quais são e aquelas competências que carecem de Acordo e que não nos limita em nada assumir hoje o Acordo, portanto, realmente, a aceitação das competências, hoje, para além daquelas que nós somos obrigados a pronunciar-se, diz respeito às entidades supramunicipais.

E portanto, este documento é absolutamente necessário para quem concorda com a Descentralização de Competências; quem não concorda, encontra todos os motivos e mais alguns para tentar durante o Processo bloquear a Descentralização de Competências.

Sr.^a Vereadora Teresa Leal Coelho.

A Sr.^a Vereadora Teresa Leal Coelho: - Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente já disse isso mesmo, nós reconhecemos também está no ADN do PS de longa data a questão da Descentralização, mas também reconhecemos que o P S muitas vezes é influenciado pelo pensamento político do PSD, o que é normal, porque o PSD tem um pensamento político sustentado, e depois, Sr. Vereador, o PSD já teve nestes 40 anos de democracia muitas Maiorias absolutas, o PCP julgo que não, o que significa que nós estamos, somos porventura mais representativos, naturalmente que agora o Sr. Vereador vai dizer, não nas últimas eleições autárquicas, com certeza que não, mas ao longo da História da Democracia já tivemos, e o PS, aliás não só PS, nós temos reclamado isso várias vezes, temos feito essa referência várias vezes, há muitos grupos políticos com assento nesta Câmara e também no Parlamento, que volta e meia apresentam Propostas que foram em primeira mão apresentadas pelo PSD, o que significa que somos uma boa influência. Muito obrigada.

O Sr. Presidente em exercício: - Sr. Vereador Manuel Grilo.

O Sr. Vereador Manuel Grilo: - Bem, eu vou sair desta discussão sobre o ADN, de facto, o Bloco de Esquerda também tem, mas enfim, é uma discussão entre o PS e o PSD, sobretudo e compreendemos que nalgumas matérias têm de facto um ADN muito semelhante, de qualquer forma, afirmar que o Bloco de Esquerda também tem como bom o princípio da subsidiariedade, como é evidente, não compreendemos é como achamos boa a transferência de competências para entidades intermunicipais, que não foram eleitas directamente pelos cidadãos.

Sobre essa matéria, não vi nenhuma questão, nenhuma resposta, e eu creio que é uma parte deficiente, que sempre será deficiente em relação a esta matéria de transferências.

Mas falou há pouco o Sr. Deputado João Gonçalo Ferreira, sobre a questão do Acordo e sobre a questão de eu ter colocado como gravosas algumas transferências de competências previstas, nomeadamente no domínio da Educação e que não compreenderia que na questão do Acordo estabelecido entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista não tivesse ficado uma salvaguarda, ficou, mas ficou, e eu vou passar a ler aquilo que consta do Acordo relativamente a esta matéria, em particular da Educação, que é

seguramente o aspecto a que os problemas se vão colocar com maior acuidade.

E o que ficou claro e está expresso no acordo, é isto, *“No caso de se concretizar a Descentralização Administrativa relativamente às Escolas do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, será garantido financiamento, serão garantidos financiamento e meios técnicos para a requalificação e reequipamento das Escolas sobre as quais o Município passe a exercer competência”*. E portanto, esta matéria, esta salvaguarda está expressa no Acordo claramente, e portanto, sendo nós contra a Transferência de Competências na área da Educação, tal como ela vem sendo gizada e tal como está da Lei-quadro de Transferência, houve em sede de Acordo, salvaguardas que ficaram expressas, no sentido de garantir que a esta Transferência de Competências será adicionados ou são colocados os meios necessários para que possamos dar uma resposta.

E portanto, isto parece claro em relação à lei há uma oposição se a lei for aprovada se a transferência for aprovada há cláusula de salvaguarda, neste acordo, garantem capacidade de intervenção e capacidade de resposta no domínio da Educação que será aquele em que os meios financeiros serão seguramente mais avultados. Muito obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Sr. Vereador João Paulo Saraiva, então para fazer uma intervenção final, para nós podermos votar. Sr. Vereador Miguel Gaspar.

O Sr. Vereador Miguel Gaspar: - Só que estive a ouvir atentamente esta discussão sobre a questão das competências e acho que há aqui algumas posições políticas, que também são posições políticas de fundo. Mas sendo muito coerente relativamente à descentralização de competências do estacionamento, o único voto possível do PCP é o voto a favor, porque nesse decreto, de facto, são muito claros de quais é que são os recursos transferidos para os municípios -, é o valor das coimas - passam ser integralmente do município para exercer a competência e, aliás, sabendo, nós, talvez até todos nós temos tenhamos um amigo que algum dia já foi multado em algum sítio e sabendo, nós a probabilidade de por vezes o processo prescrever pela ineficiência da ANSR só podemos concluir que aqui se pode resultar uma melhoria do processo, está devidamente financiado da lei. E neste aspeto Sr. Vereador, toda a sua argumentação só leva a um ponto, é a aprovação do PCP desta competência concreto.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito bem. Sr. Vereador João Paulo Saraiva.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Apoiado caro vereador Miguel Gaspar. Muito bem, vamos ver se o PCP tira as conclusões as mesmas que nós. Mas não tendo nós grande esperança sobre essa matéria.

(Intervenção impercetível fora do microfone)

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva (cont.): - Mas isso já nós executávamos. O que vem de despesa, já nós executávamos, ou seja, já éramos nós que fiscalizávamos o estacionamento na cidade e nós éramos nós que executávamos, portanto os custos já cá estão, e não recebemos a receita toda. Passámos a receber bastante mais. Portanto, sublinho em coerência com o que disse, eu não encontro outra maneira, mas os senhores é que sabem, cada um aqui vota como, de facto, mas eu percebo que haja outras razões de fundo.

Mas a não entrando, a pedido de várias famílias, não entrando aqui muito em debate político, eu gostava só de acompanhar num pequeno aspeto, eu pessoalmente e penso de forma até eu conseguiria dizer que haverá vários nesta mesa que estaremos de acordo com essa matéria. Não eventualmente, nos mesmos termos, mas com essa posição do Vereador Manuel Grilo, sobre uma matéria que tem a ver com a democraticidade dos órgãos de entidades como a área metropolitana de Lisboa, acho que há muito a aprofundar. Quem diz a área metropolitana de Lisboa, diz as comunidades intermunicipais de uma forma geral, e a olhar área metropolitana do Porto por equivalência.

Mas enquanto não temos também parece evidente que, e com alguns bons exemplos, perdão, que as áreas metropolitanas e nomeadamente a área Metropolitana de Lisboa, consegue ter em diversas áreas uma intervenção após descentralização muitíssimo interessante e que vai de encontro a muitas das políticas, algumas que estão no acordo com o PS, outras que estão no programa do Governo no programa eleitoral do PS e no programa do Governo do município, mas também do Bloco de Esquerda, e de algumas forças que estão aqui em presença e o exemplo que me parece mais evidente e até mais robusto nos últimos tempos, que teve um incremento na sua eficácia muito muito interessante, e acho que todos temos que reconhecer, que estamos a ir no caminho certo. Tem a ver com a área da Mobilidade e dos Transportes. E

portanto, é evidente que não sendo o modelo perfeito e tem muito a aperfeiçoar, como modelo que temos já conseguimos fazer muito melhor. E, portanto, o espírito que eu gostava que com que olhassem para estas propostas que a questão é, de facto, esse também sobre a Área Metropolitana de Lisboa, porque estas matérias, algumas delas até já exercidas pela Área Metropolitana de Lisboa, o que estes diplomas vêm fazer é corporiza-la essas mesmas competências e essa mesma capacidade dando-lhe corpo legal, dizendo, *“já são exercidas e estão aqui reconhecidas na lei”*, e não mais do que isto. E portanto, não me parece que os receios que alguns apresentam sobre alguns destes temas, possam ter qualquer acolhimento.

Já sobre o município, eu acho que fui suficientemente claro. Naqueles que necessitam de acordo, nós temos a última palavra a dizer e vamos lá negociar. E deixem-me dizer que, sem estar agora aqui com os juízos de valor sobre algumas vantagens que poderia meter essa negociação global e essa definição global, (algumas questões como a saúde já estão resolvidas), mas sem prejuízo dessa definição global poder ter algumas vantagens, também teria muitas desvantagens. E eu, a mim, parece-me claro para o município de Lisboa, essa tendência tratar de forma igual que muitas vezes acontecem nas negociações que não têm essa bilateralidade de forma igual igualitária do país inteiro, aquilo que é diferente. Causa prejuízos claros de alguns municípios que têm claras diferenças.

Como é que se negociava sem ser que o município de Lisboa a transferência, por exemplo, duma que está aqui na habitação? Só pode ser como município de Lisboa!

Não dá para fazer um grande chapéu sobre a matéria, porque em concreto é muito diferente a situação do município de Lisboa da situação dum outro qualquer município que não tem ou que tem muito pouca expressão de habitação gerida, por exemplo, o IRU. Quem diz isto, diz lojas do cidadão. Ou seja há muitas matérias que serão mais rapidamente discutidas e de forma muito mais eficaz e eficiente se forem feitas ao um nível da bilateralidade entre o Governo central e aqueles que, para quem as competências vão ser transferidas. Evidentemente, com transparência, de forma a que, todos possamos conhecer e que o que é igual seja tratado de forma igual, mas também o que é diferente tem que ser tratado de forma diferente. E este modelo com todos os seus defeitos e qualidades garante isso, e garante que o município não estava nenhum tiro no escuro sobre absolutamente nada. O que está a acontecer é que sobre aquilo onde há, de facto, impactos relevantes, há uma negociação posterior. Mais ou menos robusta em face da própria

relevância do que está a ser transferido, sublinho que a habitação tem o sistema, altamente denso, muito denso sobre esta discussão que começa por uma avaliação conjunta; vai uma aprovação do relatório final, o município faz uma proposta, vai à Assembleia Municipal e, portanto, só aí é que se transforma efetiva um qualquer acordo a que se chegue e, portanto, o município de Lisboa tem de estar confortável com ele. Até àqueles que são muitíssimo menos relevantes e são feitos com um mero acordo bilateral que nós traremos aqui a esta Câmara para que possa ser analisado pelos eleitos. Eleitos.

E depois há muitas matérias que nós já exercemos. Vamos lá a ver: há uma Loja do Cidadão, por exemplo, a ser construída que já tem o município, aliás é uma das primeiras experiências. Todas e quaisquer outras alterações e transferências que sejam feitas nas outras lojas de cidadão, carecem desse tal acordo. Depois há outras matérias que nem nos abrangem. Sobre estradas, nós já há muito tempo que temos acordos com as infraestruturas Portugal. Só há duas vias que passam no município de Lisboa, onde não existe acordo e também não vai haver, pelo menos não está contemplado neste diploma, que é o eixo Norte-Sul e a CRIL. E portanto, não faz sentido algum tipo de reservas, evidentemente cada força política, admito que contamine esta discussão com a sua posição global, mas se nos quisermos a ter àquilo que está em discussão para o município de Lisboa, e se não quisemos contaminar esta discussão com essas posições globais. Eu não vejo nenhuma razão para que esta proposta não seja votada nem havia razão de fundo, nem foi aduzida aqui. Muito obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Vamos votar, Srs. Vereadores.

Eu queria pedir o número da proposta extra agenda, que é do Bloco de Esquerda que é a 1ª proposta extra agenda, 35. Então eu sugeria para que nós votássemos em 1º lugar, as propostas de rejeição e depois a proposta de aceitação, até para respeitar neste caso, o facto de o PCP ter entregue a proposta em 1º lugar, e a do do Bloco só por arrasto a esse sentido de voto e depois a seguir nós votaremos a de aceitação.

Vamos começar por votar então a proposta número ponto 2, Proposta número 20 subscrita pelos vereadores do PCP sobre a rejeição em 2008....

O Sr. Vereador Jorge Alves: - Com a alteração a proposta pelo Bloco de Esquerda redação do ponto 2 e aceite pelo PCP. Aliás, com liquidação trocada com outra palavra e com a proposta...

O Sr. Presidente em exercício: - Portanto, vamos votar ponto 2, Proposta número 20 subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP, com as alterações aceites e propostas durante o debate, sobre a deliberação de rejeição em 2019 e 20 as competências transferidas providos do Dec.Lei sectoriais relativas à descentralização de competências.

Pergunto então, quem vota contra? Quem se abstém? Rejeitada com os votos contra dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, pelo Partido Social Democrata, pelo CDS, e os votos favoráveis do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda.

Vamos votar então proposta número 35, subscrita pelo Vereador Manuel Grilo do Bloco de Esquerda. Também no mesmo sentido, ou seja da rejeição na transferência de competências em 19 e 20, definidas pelos decretos-leis que regulamentam a descentralização de competências. Quem vota contra? Quem se abstém? Rejeitada com os votos contra dos Vereadores, eleitos pelas listas do Partido Socialista, Partido Social Democrata, CDS e os votos favoráveis do partido Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português

Vamos votar o 1.ª Proposta número 19 subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva, que, no fundo, vem deliberar pela aceitação das competências previstas nos decretos-leis sectoriais de descentralização. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com os votos dos eleitos das listas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, a abstenção dos Vereadores do CDS e o voto contra os Vereadores do PCP e do Bloco de Esquerda.

Declaração de voto Srs. Vereadores de CDS, dos Srs. Vereadores do PCP, muito bem.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação a Proposta 19/2019 a qual foi aprovada por maioria com 10 votos a favor (6PS, 2Ind. e 2PPD/PSD), 4 abstenções 4 (CDS/PP) e 3 votos contra (2PCP e 1BE)